

ATAQUE À VISÃO E MEMÓRIAS DA VIOLÊNCIA NA VISIBILIDADE TECNOPOLÍTICA DOS PROTESTOS DE 2013 ¹

Jane Maciel²

Resumo

Propomos debater como determinadas imagens técnicas repercutidas nas redes sociais durante as jornadas de junho de 2013 influenciaram na disseminação de protestos, amplificando o conflito ao expor a ferida aberta na experiência da manifestação como lugar de dissenso e de subjetivação política. Para tanto, iremos explorar uma forma/fórmula visual, a dos olhos feridos, a partir do arquivo do projeto Atlas #ProtestosBR e de um inventário de imagens políticas coletadas por nós ao passo que buscávamos por tais memórias sobreviventes. Realizaremos uma incursão cartográfica que conecta fórmulas de páthos e as remonta em um relato de risco sobre o ataque à visão como problematizador dos limites de ver, dar testemunho e registrar cenas políticas.

Palavras-chave: Visibilidade. Tecnopolítica. Atlas #ProtestosBR. Fórmula de *Pathos*. Dissenso.

Abstract

We propose to discuss how certain technical images passed on to social networks during the days of June 2013 influenced the spread of protests, amplifying the conflict by exposing the open wound in the experience of the manifestation as a place of dissent and political subjectivation. To do so, we will explore a visual form / formula, from the injured eyes, from the archive of the project Atlas #ProtestsBR and an inventory of political images collected by us as we searched for such surviving memories. Our discussion stems from a cartographic incursion with an emphasis on the connection of regressed parent formulas in a risk report on the attack on vision as a problematizing of the technopolitical visibility of 2013.

Keywords: Visibility. Technopolitics. Atlas #ProtestosBR. Pathos Formula. Dissent.

Introdução: abrir um mapa visual

Construído de maneira colaborativa a partir da pergunta “quais imagens dos protestos sobrevivem em sua memória?”, o Atlas #ProtestosBR

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho 5, Imagens e ambientes de conflito, do VI ComCult, Universidade Paulista, Campus Paraíso, São Paulo – Brasil, 08 a 09 de novembro de 2018.

² Doutora e mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Produção de Imagem (NUPPI). E-mail: janmaciel@gmail.com

(<http://medialabufjrj.net/mnemopolis/atlas/>) é um projeto que tem como intuito ativar energeticamente imagens tão importantes para a experiência política brasileira, mas que pela intensidade dos fluxos informacionais foram soterradas por tantas outras, exigindo assim estratégias para sua recuperação e sobretudo, para a reflexão crítica por meio da construção de intervalos entre-imagens. Este artigo tem como intuito abrir um mapa visual a partir de uma fórmulas de páthos (Warburg, 2010; Didi-Huberman, 2013) que, seguindo um princípio warburguiano, não carrega apenas conteúdos, mas forças que interferem no âmbito dos anseios da comunidade. Considerando que a “vida” (*leben*) das imagens e sua “sobrevivência” (*nachleben*) dependem de uma série de vetores que as remodelam constantemente desde o momento de sua produção, analisaremos a forma/fórmula visual dos “olhos feridos”, como problematizadora da memória da violência no âmbito das jornadas de junho de 2013.

Se as imagens fotográficas que sobrevivem na memória dos participantes da convocatória do Atlas #ProtestosBR não parecem necessariamente depender de uma configuração técnica ou formalmente ideal, de qual potência então elas seriam dotadas? É claro que não devemos responder a essa questão de uma maneira generalizante, como se pudéssemos supor determinadas características que justificariam a escolha e o envio. Contudo, podemos mencionar que as imagens sobreviventes, aquelas que retornam ao *imago mundi* em uma forma/fórmula, muitas vezes convocam afetos e emoções que interpelam o observador a colocar-se no lugar de determinadas cenas e personagens, que são elas mesmas recorrentes no âmbito das manifestações. Ou seja, muitos podem eventualmente estar em uma posição semelhante, o que possibilita um envolvimento subjetivo que frequentemente funciona como mola propulsora de novas ações ativistas.

Quando a mídia teve seu olho atingido

Parece claro que determinadas imagens técnicas repercutidas nas redes sociais como vestígios de confrontos influenciaram na disseminação de protestos em nível nacional e na repercussão internacional das chamadas “jornadas de junho de 2013”, sendo as imagens de violência policial notórias nesse aspecto. Assim, “[...] os dois primeiros atos seguiram a tradicional capacidade de arregimentação do MPL em protestos de rua (cerca de 2 mil pessoas). O quarto ato ainda foi pequeno, mas a repressão policial desencadeou uma onda de solidariedade ao MPL, o que levou ao ato seguinte cerca de 250 mil pessoas” (Secco in

Maricato et al, 2013), verificada pelos índices de apoio às manifestações entre os paulistanos, que passaram de 55% em 13 de junho de 2013 a 77% segundo uma pesquisa de opinião realizada no dia 18 de junho. Entre a sequência de protestos organizados pelo Movimento Passe Livre de São Paulo e a vertiginosa expansão quantitativa do ato de 17 de junho, as redes sociais não atuaram sozinhas nesta passagem para uma explosão de outras manifestações com reivindicações e organizações híbridas. A mídia de massa e sua convergência online foram sem dúvida mediadores de visibilidades importantes no momento de explosão desta controvérsia. Porém, isso acontece não porque a pauta dos abusos do poder policial em atos políticos seja usualmente abordada nesse meio enquanto despreparo institucional; ao contrário, nota-se com recorrência a banalização dos excessos como algo necessário à manutenção da ordem. É possível afirmar que os veículos corporativos passam a criticar tais investidas violentas quando eles próprios são diretamente atingidos.

Junto aos muitos manifestantes que saíram feridos dos protestos havia também jornalistas que sofreram lesões físicas, sendo representativo o caso da repórter da Folha de São Paulo, Giuliana Vallone, que teve um olho atingido por uma bala de borracha disparada pela tropa de choque da polícia militar, na manifestação do dia 13 de junho de 2013, em São Paulo.³ A fotografia de Giuliana sentada no chão, com sangue escorrendo do olho ferido, sendo socorrida por pessoas que a cercam, serviu como prova de imperícia e abuso policiais, que não pouparam os jornalistas, normalmente resguardados por sua função. Como “[...] algo de que ouvimos falar, mas que duvidamos parece comprovado quando nos mostram uma foto” (Sontag, 2004, p.16), esta imagem assumiu seu papel testemunhal ao expressar que o olho que vai às ruas para cobrir o ato e em seguida contar o que viu é alvo direto e arbitrário. Assim, quando a polícia ataca o olho da mídia corporativa, desencadeia um efeito inverso à tentativa de reprimir e conter o andamento dos protestos.

O ataque a jornalistas e a um movimento com aparente composição social de “classe média” pode ter facilitado a solidariedade ao movimento. Acompanhando seu mercado, a direita midiática se viu forçada a apoiar manifestantes – mas com sua própria pauta. Por isso, o decisivo não foi a violência, tão *natural* contra trabalhadores organizados, e sim sua *apropriação* pela imprensa. (Secco in Maricato et al, 2013, p.74, grifos do autor)

³ Repórter do jornal Folha de São Paulo, Giuliana Vallone, atingida no olho por uma bala de borracha em 13 de junho de 2013, em São Paulo. Fotografia de Diego Zanchetta, Estadão Conteúdo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1295067-reporter-da-folha-ferida-no-olho-volta-a-enxergar.shtml>

Algumas imagens que se movimentaram rizomaticamente na internet tiveram a abrangência jornalística massiva para lhes servir de reverberação, conforme percebemos no trabalho de roteirização da violência sofrida por Giuliana apresentada em um vídeo produzido pela TV Folha.⁴ Publicado três dias depois daquela manifestação, esta produção online do maior jornal impresso de São Paulo teve quase dois milhões de acessos no Youtube em um mês. O foco do roteiro é o depoimento da repórter que fala no hospital, ainda com o olho roxo. Esta afirma que: “boa parte dos manifestantes não estava a fim de violência e não agrediu a polícia em nenhum momento, mas tinha uma pequena parte que estava na frente puxando um confronto com a polícia; a polícia revidou e eles entraram em conflito”, e acrescenta: “assim como tinha policial exagerando”. Segundo a repórter, não havia confronto com manifestantes no momento do ataque, o policial apenas apontou para seu rosto e atirou. Imagens dos protestos dos dias 11 e 13 de junho seguem tal depoimento: a repressão policial e o confronto dos manifestantes, disparos de balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo, câmera tremida na correria nas ruas, manifestantes feridos ou atingidos com spray de pimenta. Deste modo, todo um imaginário dos aparatos policiais agindo violentamente nas manifestações vem à tona. O vídeo mostra na forma de um argumento jornalístico da “direita midiática”, usando a expressão de Lincoln Secco empregada na citação acima, as pautas políticas daquele momento (desde o transporte público às forças opressivas que anseiam bloquear estas manifestações de desacordo) que foram representadas mais largamente e com maior heterogeneidade de perspectivas nas redes sociais.



⁴ Vídeo da TV Folha “Reporter tells how the Police brutality marked the latest protest”, publicado no Youtube em 16 de julho de 2013. Disponível em: <https://youtu.be/W6QVLE8PQJ8>

Giuliana Vallone na fotografia de Diego Zanchetta e em print do vídeo da TV Folha

Neste sentido, a manifestação do dia 13 de junho foi certamente um marco da variação da escala e dinâmica dos protestos, um transbordamento das agências ativistas que das reivindicações locais em relação ao transporte público de São Paulo oscilou para um processo de pulverização de atos, pautas e estéticas. A imagem do olho ferido da repórter é um “ator” (segundo a concepção da teoria ator-rede), não porque seja a fonte de uma ação, mas “[...] o alvo móvel de toda uma multitude de entidades que se encontram sobre ela” (Latour, 2007, p.67), participando da ampliação do grau de conexão da rede e da própria configuração coletiva deste acontecimento político. Assim, a violência policial acabou por fazer expandir aquilo que intentava refrear nas “manifestações de junho”, e isso ocorre em grande medida através das agências promovidas pelas imagens. A ferida à mostra mobiliza sentimentos de revolta.

Outra fotografia deste mesmo dia em São Paulo, enviada ao arquivo do *Atlas*, traz a questão de um atentado que é tanto ao humano como aos dispositivos que registram os abusos de poder policial, ambos podendo desestabilizar o entendimento da realidade a partir do testemunho, de maneira que “as imagens são também o ‘inimigo’ a neutralizar” (Bentes, 2015, p.28), sejam elas feitas pela imprensa corporativa e mais ainda, aquelas realizadas pela “mídia-multidão” (idem). Nela, temos o gesto de um policial que dispara spray de pimenta no rosto de um cinegrafista que direciona a câmera para uma abordagem coercitiva de um manifestante.⁵ O policial aparece com a face colérica, dentes à mostra e olhar direcionado à vítima, enquanto uma mão tenta retirá-la daquela situação. A dramaticidade deste instante transmite o sentimento de desequilíbrio patético desta personagem, muitas vezes traduzido como agressividade e despreparo funcional da polícia, enquanto sujeito e instituição. Parece claro que não somente o direito à manifestação estava em risco como também o direito ao acesso à informação e à liberdade de expressão.

Este tipo de ataque ocasionou não somente danos corporais momentâneos (a exemplo de Giuliana), mas também lesões permanentes. É extremamente simbólico uma pessoa perder

⁵ Policial dispara spray de pimenta no rosto de um cinegrafista no centro do São Paulo, no ato organizado pelo Movimento Passe Livre (MPL), em 13 de junho de 2013. Autoria e procedência desconhecidas. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/fotos/quarto-dia-de-manifesta%C3%A7%C3%A3o-contra-o-aumento-da-tarifa-em-s%C3%A3o-paulo-slideshow/quarto-dia-da-manifesta%C3%A7%C3%A3o-em-s%C3%A3o-paulo-photo-1068324710.html>

a visão em um protesto, o que em teoria jamais deveria ocorrer, uma vez que armamentos menos letais não deveriam ser lançados em direção ao rosto. Ainda mais sintomático um fotógrafo perdê-la, justo esse profissional da mediação do visível. É o caso de Sérgio Silva, que perdeu um olho depois de ser atingido por uma bala de borracha na mesma manifestação do dia 13 de junho, em São Paulo. Sérgio aparece em uma imagem postada em seu perfil de Facebook no dia 19 de agosto de 2013, dia mundial da fotografia, segurando uma placa que diz: “bala de borracha cega mas não cala”, sendo compartilhada mais de quatro mil vezes na plataforma.⁶ Republicada na página Advogados Ativistas três anos depois, acompanhada de um texto intitulado “culpado por fotografar”, sua imagem e sua história problematizam questões acerca do modo de atuação da polícia militar e das instâncias do poder judiciário de São Paulo, que neste caso julgou improcedente a ação proposta pelo fotógrafo, considerando que ele próprio era o responsável pela lesão sofrida.

O judiciário resumiu 13 de junho de 2013, um marco na história recente do terrorismo estatal e da resistência popular, ao risco assumido pelo profissional de mídia ao se posicionar entre PM e manifestantes. De fato, quando a PM está presente sempre há risco. Aquela noite foi tão brutal que até a Folha e o Estadão, que antes haviam clamado por mais sangue em seus editoriais, recuaram e chamaram as pessoas às ruas. O judiciário desconsiderou o horror vivido por quem participou daquele ato. A violência policial — realidade distante para o magistrado — foi um dos principais motores das jornadas de junho.

Apesar da fotografia de Sérgio não ter tido a mesma repercussão que a da repórter da Folha de São Paulo, seu empenho em torno desse processo fez multiplicar as ocasiões de crítica direta aos procedimentos adotados pela polícia. Além do processo acima citado, Sérgio chegou a participar de uma audiência junto aos ministérios públicos da União e do estado de São Paulo, que pautava o direito de manifestação política, tendo apresentado na ocasião as 45 mil assinaturas recolhidas em uma petição online que pedia ao secretário de Segurança Pública de São Paulo o fim do uso de bala de borracha em protestos.

Sérgio não foi o único responsabilizado judicialmente por ter perdido a visão em uma manifestação. Outra sentença semelhante foi dada em 2014, ao julgar culpado Alex Silveira, fotógrafo profissional que cobria um protesto de servidores da saúde e da educação na Avenida Paulista em 2010, também atingido por uma bala de borracha. Na fotografia vemos

⁶ Autorretrato de Sérgio Silva, disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=495868290504370&set=a.101844543240082.3596.100002436092675&type=3&theater>

Alex segurando o rosto lesionado e com a outra mão o aparelho fotográfico ensanguentado.⁷ O fotógrafo não é o único atingido, é o próprio ofício que é colocado em situação de periculosidade que sequer é admitida pela justiça, uma vez que tais sentenças acabam sendo prerrogativas para que o Estado se exima de suas responsabilidades em outras situações semelhantes. Como reação, fotógrafos e repórteres de São Paulo protestaram usando tapalhos, de modo que mais uma vez fotografias funcionaram como meios de expressão da indignação coletiva nas redes digitais.⁸



Sérgio Silva e Alex Silveira, fotógrafos que perderam a visão em protestos em 2013 e 2010

Pathos que impulsiona manifestações

⁷ Fotografia de Sebastião Moreira, disponível em: <http://www.fotografia-dg.com/indenizacao-a-alex-silveira-negada/>

⁸ Fotografias do protesto de jornalistas contra a sentença que penaliza Alex Silveira em 2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/quando-a-justica-cega-literalmente-4545.html>

Outras imagens enviadas ao arquivo do Atlas #ProtestosBR têm como elemento comum a visão sendo de algum modo atingida. Uma das fotos mais repetidas no arquivo é a que mostra um policial jogando um denso jato de spray de pimenta em uma mulher.⁹ Nela, o rosto é o alvo direto e preciso. A vítima ainda tenta proteger-se com a mão, mas a ação da polícia é inflexível. O enquadramento que isola completamente a cena de um plano geral do protesto funciona como um zoom que coloca a situação de vulnerabilidade daquela mulher ainda mais em evidência. Segundo relatos, ela sequer era uma manifestante, mas sim uma transeunte agredida pelo simples fato de passar no local onde ocorria um protesto. Independente da veracidade desta informação, os observadores desta fotografia colocam-se de algum modo em seu lugar e se questionam porque este seria um “lugar errado”.



Mulher atingida com spray de pimenta em 17 de junho de 2013. Fotografia de Victor R. Caivano.

A imagem é circulada como símbolo de uma polícia abusiva e da periculosidade gerada por ela no ambiente das manifestações. Estas possibilitam às ruas desvios de suas funções pré-estabelecidas para tornarem-se “vias” de dissenso (Rancière, 1996), no sentido de um caminho por onde marcham sujeitos que expressam de diferentes formas suas argumentações em torno dos assuntos comuns (ou simplesmente seus descontentamentos). A rua torna-se meio para alcançar determinados objetivos, como a exigência direta da redução das tarifas que expressava também questões mais amplas em relação à mobilidade urbana e ao

⁹ Policial jogando spray de pimenta em uma mulher no Rio de Janeiro em 17 de junho de 2013. Fotografia de Victor R. Caivano, Agência Associated Press. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/vc-no-g1-rj/noticia/2013/06/mulher-e-atacada-com-spray-de-pimenta-por-um-pm-no-rio-assista.html>

direito à cidade. Isso é perceptível na própria definição dada pelo Movimento Passe Livre (in Maricatto et al, 2013, p.16): “Se a retomada do espaço urbano aparece como objetivo dos protestos contra a tarifa, também se realiza como método, na prática dos manifestantes, que ocupam as ruas determinando diretamente seus fluxos e seus usos. A cidade é usada como arma para sua própria retomada.”

Este flagrante da manifestação do dia 17 de junho de 2013 no Rio de Janeiro, que já era uma resposta popular às atrocidades cometidas pela polícia no dia 13, em São Paulo, foi seguido de muitos outros na sequência temporal dessa “jornada” de protestos. Quando um professor da rede pública estadual do Rio de Janeiro foi atingido no rosto por uma bomba de efeito moral na manifestação próxima ao Maracanã, na Copa das Confederações, sua foto¹⁰ e seu depoimento em vídeo¹¹ foram visualizados e compartilhados milhares de vezes, gerando também grande comoção. Diante destas e de tantas outras imagens de violência compartilhadas dia após dia nas redes sociais, a “agenda pública” da internet passou a debater como a polícia brasileira é despreparada para lidar com o direito de manifestação política. Por outro lado, as mídias massivas aumentavam o foco na cobertura dos chamados “atos de vandalismo”, de maneira que ficava cada vez mais esgarçada a preferência em ressaltar os crimes contra a propriedade privada em detrimento dos crimes contra manifestantes. De um lado, a fragilidade da carne humana; de outro, portas, vidraças e outros objetos depredados. Os regimes de enunciação dessas imagens são embutidos de múltiplos significados sobre o

valor dado a cada coisa na distribuição do visível.



¹⁰ Professor da rede pública estadual do Rio de Janeiro, atingido no rosto por uma bomba de efeito moral na manifestação durante o dia 17 de junho de 2013. Autor desconhecido. Disponível em: <http://cajunoticiaszp.blogspot.com.br/>

¹¹ Vídeo “Professor é alvejado pela PM”, publicado no Youtube em 30 de junho de 2013, produzido por Caio Mello e Ciro Mello. Disponível em: <https://youtu.be/ri09eCep-Bw>

A fotografia feita Pedro Kirilos em 2011 na manifestação das vítimas do desabamento do Morro do Bumba retorna em 2013

Mais uma vez são as próprias redes que reforçaram como o uso cruel do spray de pimenta, entre outros exemplos de perversidade na atuação policial junto a manifestantes, não era uma novidade de 2013. A fotografia de Pedro Kirilos, de uma pequena garota negra sendo atingida pelo spray de um policial, clicada na manifestação das vítimas do desabamento do Morro do Bumba, em Niterói (RJ), no ano de 2011,¹² retorna para somar nessa teia de imagens flagrantes. A pequena vítima abaixa o rosto, sua mãe, de costas para o policial, parece não perceber naquele instante o ataque. Um dedo é apontado para o agressor, uma mão aberta parece ser uma reação àquele ato tão abominável. Junto à população mais pobre, sequer as crianças são poupadas. A recuperação desta imagem em 2013 acaba proporcionando uma circulação provavelmente maior do que na época em que foi registrada. Curiosamente, seu envio ao projeto como imagem sobrevivente leva-nos a pensar que “as imagens dos protestos que sobrevivem” não são somente as imagens registradas em 2013 e 2014, mas aquelas que emergiram na visibilidade tecnopolítica daquele momento, imagens ciberativistas que não se restringem espacial ou temporalmente às “jornadas de junho” e seus desdobramentos.

Olhos feridos como imagens-engramas

Fotografias e vídeos dessas personagens que se interpõem na cisão da ordem preestabelecida são “imagens-engramas”, suportes de memória de sujeitos e coletivos, pelas quais determinadas formas expressivas são reativadas. Seu *pathos* é colocado a agir outra vez no mundo, permitindo que novas experiências emotivas advenham e que percepções sobre os

¹² Policial jogando spray de pimenta em crianças durante manifestação das vítimas do desabamento do Morro do Bumba, em março de 2011, Niterói. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/bairros/pms-que-jogaram-spray-de-pimenta-em-criancas-garcom-vao-pagar-menos-de-2500-4843728>

acontecimentos sejam elaboradas. Assim como Warburg pensava a “[...] dinâmica da imagem por uma força inerente, tensionada entre a pura função de representação e a função de efeito e de afeto nos contextos culturais. [...] virtude de uma energia que excede a função de pura visibilidade [...]” (Sierek, 2009, p.43, tradução nossa), é preciso problematizar como os retornos de certas “fórmulas visuais” intervêm na cultura, na sociedade e na política.

Lembremos então que essas memórias, além de circularem nas redes digitais, voltam aos protestos. Junto à foto da repórter Giuliana lê-se “não esqueceremos”, num cartaz de 2013.¹³ No mesmo ano, o fotógrafo Sérgio vai às ruas com uma camiseta que divulga a petição contra a bala de borracha, sendo dialeticamente fotografado próximo a policiais.¹⁴ Este registro também é posto em relação com a imagem que ilustra a própria petição e camiseta,¹⁵ fotografia de outro policial andando meio aos gases das manifestações, junto à frase “CHEGA DE BALA DE BORRACHA”. Uma vez que todas essas intervenções existem para serem fotografadas e retornarem às telas dos dispositivos de comunicação, gera-se então um efeito de *mise en abyme*, que faz retomar a analogia da fotografia como espelho, atualizando-a em outra perspectiva. Uma foto leva a outra dentro de si mesma, como um espelho diante de outro, e parece multiplicar-se ao infinito nas redes por onde circula. Flui, multiplica-se e se modifica, pelas operações que seus “portantes” empenham-se em dinamizar, por entenderem que as energias que elas mobilizam são tão importantes quanto o efeito de representação que socialmente formula os usos sociais mais recorrentes e aceitos da linguagem fotográfica. Nas ruas, as fotografias de protestos são objetos deliberadamente de ordem mnemônica ao apontarem para cenas políticas recentes, mas já esquecidas. É preciso lembrá-las para demonstrar a incoerência democrática, seu escândalo, como afirma Rancière (1996).

¹³ Jovem exhibe cartaz com foto da repórter Giuliana Vallone. Fotografia de Nicson Olivier, Futura Press, Estadão Conteúdo. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/fotos/2013/06/veja-fotos-de-protestos-realizados-pelo-pais-nesta-segunda-feira.html#F840987>

¹⁴ Sérgio Silva com camiseta que divulga a petição “Chega de Bala de Borracha” na Avenida Paulista. Imagem publicada em sua página de Facebook em 21 de novembro de 2013. Fotografia de Ruivo Lopes. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=543439905747208&set=a.101844543240082.3596.100002436092675&type=3&theater>

¹⁵ Imagem que ilustra a petição “Governador Alckmin e Secretário de Segurança Pública: Proibam o uso de bala de borracha e gás de efeito moral contra manifestantes”. Disponível em: <https://www.change.org/p/governador-alkmin-e-secret%C3%A1rio-de-seguran%C3%A7a-p%C3%BAblica-pro%C3%ADba-o-uso-de-bala-de-borracha-e-g%C3%AAs-de-efeito-moral-contra-manifestantes>.

Nos reaparecimentos dos olhos marcados pela dor física e pelo sentimento de iniquidade diante não somente de um governo específico, mas de uma ordem policial (Rancière, 1996) que atravessa o tempo e o espaço, outras cenas políticas são montadas com símbolos, ícones, gestos e relatos. Seria o *pathos* destas imagens combustível da revolta? Quais contribuições dessas lembranças no *imago mundi* para a reconfiguração da partilha de lugares e funções? Ou ainda, como se pergunta Ivana Bentes (2015, p.173), “como politizar a comoção e os afetos?”.

O estado cega. Não indeniza as vítimas, ao contrário, ele as culpa. A petição do fotógrafo cego foi desconsiderada, a bala de borracha continua sendo usada pelas polícias estaduais com a conivência de governos federais de “esquerda” ou de “direita”, conforme compara o meme que aproxima a fotografia de Sérgio segurando um olho de vidro (“2013- Governo Dilma”) a da jovem Deborah Fabri (“2016- Governo Temer”), dois dias depois desta ter sido atingida.¹⁶ Postada na página ativista “Mídia 1508” (que se intitula no Facebook como um “centro de comunicação independente”) junto a um texto intitulado “a política de repressão é a mesma”, esta associação compartilhada mais de mil vezes foi permeada de um intenso debate. Muitos comentários argumentavam que em ambos os casos o responsável era o governo de Geraldo Alckmin, que a polícia militar não é subordinada administrativamente ao governo federal. Por isso, a página ampliou o texto da postagem com as declarações dadas pela presidenta Dilma em relação ao episódio de um PM agredido por manifestantes em 2013: “Violência deve ser coibida. A Justiça deve punir os abusos, nos termos da lei. O Governo Federal coloca à disposição do Governo de São Paulo o que ele julgar necessário”. Justamente quando se lutava pela permanência de Dilma no executivo federal, esta relação imagética fala de uma continuidade do “estado terrorista” (expressão convertida em hashtag na postagem) em tempos de “golpe” ou de “democracia”. Simultaneamente, internautas também lembram do tratamento não repressivo aos protestos pró-impeachment em São Paulo e da lei anti-terrorismo sancionada por Dilma Rousseff em 2016. Na postagem, a foto de Giuliana retorna como imagem sobrevivente em um comentário.

¹⁶ Meme com fotografias de Sérgio (“2013 - Governo Dilma”) e de Deborah (“2016 - Governo Temer”) postado na página de Facebook Mídia1508, em 02 de setembro de 2016, com o título “A POLÍTICA DE REPRESSÃO É A MESMA”. Disponível em: <https://www.facebook.com/midia1508/photos/a.218463885190036.1073741828.215384378831320/304395459930211/?type=3&theater>



Meme postado na página ativista “Mídia 1508”

O ataque aos olhos é um alerta criminoso que diz que esses sujeitos não devem estar em um protesto, que não podem vivenciar, documentar ou presenciar a cena do dissenso (Rancière, 1996). De certa maneira, essa ameaça se estende à comunidade observadora destes registros. Vale lembrar que o spray de pimenta ou a bala de borracha empregados individualmente têm como aliados o gás lacrimogêneo como armamento desencadeador da irritabilidade da visão de maneira generalizada. Quando manifestantes perdem a visão, temporariamente ou permanentemente, é própria questão do que se vê e do que não pode ser visto que é tocada junto à carne frágil dessas testemunhas oculares. Ao atingir a face, atinge-se diretamente a pessoalidade e a dignidade, produz-se simultaneamente uma dor física e simbólica ao maltratar o suporte da expressão do sentimento, o núcleo dos órgãos dos sentidos. As feridas no rosto parecem expor, literalmente de maneira mais cortante, a crueldade adotada com a justificativa de “garantia da ordem” e “proteção do patrimônio”, seja ele público ou privado. Faz-se urgente que tais imagens criem novos dissensos pela repetição que reforça o caráter não acidental, pelos depoimentos das vítimas que se empenham em expor suas cicatrizes, no corpo e na memória, pelas emoções e a experiência política mobilizada por elas, considerando que:

[...] as emoções, uma vez que são moções, movimentos, comoções, são também *transformações* daqueles e daquelas que se emocionam. Transformar-se é passar de um estado para outro: continuamos firmes na nossa ideia de que a emoção não pode ser definida como um estado de pura e simples passividade. Inclusive, é por meio das emoções que podemos eventualmente transformar nosso mundo, desde que, é claro, elas mesmas se transformem em pensamentos e ações. (Didi-Huberman, 2016, p.38)

Enfim, isso dependerá de como a comunidade receberá e processará esses rastros visuais, quais rumos e leituras ela dará, como acontecerão a partir deles as participações e as

separações na “partilha do sensível” (Rancière, 1996, 2009). O arquivo do Atlas #ProtestosBR também nos lembra de outra imagem grave, a do instante que o cinegrafista Santiago Ilídio Andrade foi atingido na cabeça por um rojão lançado no protesto contra o aumento das tarifas de ônibus em 06 de fevereiro de 2014, no Rio de Janeiro.¹⁷ Por se tratar de uma morte ocasionada por um artefato atirado por um manifestante, que foi rapidamente taxado pela imprensa como um “*black bloc*”, tornou-se o exemplo maior da violência por parte da militância, a contrapartida que vai reaparecer inclusive em comentários de postagens que persistem em mostrar imagens da atrocidade policial em protestos. Sua sobrevivência parece complementar à primeira imagem comentada: enquanto o olho de Giuliana contribuiu para a pulverização dos atos em junho de 2013, a insistente cobertura midiática em torno da morte do cinegrafista influenciaria diretamente no enfraquecimento dos atos em 2014 e no fortalecimento da discussão jurídica sobre o terrorismo. “O caso Santiago Andrade encerra certo ciclo de lutas que se iniciou nas Jornadas de Junho. Tudo é posto em seu ‘devido lugar’ pelo dispositivo de ordenamento social”, afirma Wilson Bernardes (2016, p.100) que comenta um fato curioso: “[...] justamente no dia em que Santiago teve a morte cerebral decretada, 10 de fevereiro [de 2014], o Senado – uma das instâncias do dispositivo de ordenamento social – retomou a análise do Projeto de Lei (PL) 499/2013, cujo objetivo era tipificar o crime de terrorismo no Brasil.”

Considerações finais

Diante das imagens que circulam e sobrevivem, é preciso sempre interrogar-se sobre o teor das emoções mobilizadas e das transformações que os sujeitos que as movimentam anseiam e avistam para a comunidade. Afinal, o *pathos* pode ser desviado, assim como as imagens que o transportam. Sua sobrevivência é também das tensões que esses rastros carregam e representam, e que parecem estar sempre à espera de uma nova imagem que lhe aporte outros sentidos.

O olho ferido por não poder observar de dentro, dar testemunho ou registrar as cenas de dissenso, de cisão nas ordens pré-estabelecidas, tem como complemento outros modos de

¹⁷ Sequência de fotografias de Domingos Peixoto, do jornal O Globo, que registra o momento em que Santiago Andrade, cinegrafista da TV Bandeirantes, é atingido por um rojão disparado por um manifestante no protesto do dia 6 de fevereiro de 2014, no Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.premioesso.com.br/site/noticias/release_2014_05.aspx

ver estas mesmas manifestações, produzida por grandes corporações midiáticas que com frequência pautam a violência nos protestos como resultado do enfrentamento entre manifestantes e policiais, muitas vezes de maneira homogênea, estável, persuasiva e estereotipada. Tecer esta trama das imagens, planificá-las em uma prancha, como realizamos em nossa pesquisa de doutorado “Imago Mundi e a Fotografia em Rede” (Maciel, 2017), permite-nos estudá-las a partir da relação, da aproximação e do distanciamento. Elas contam uma narrativa, porém não necessariamente de maneira linear, pois são feitas de imagens técnicas e de sua pós-história (Flusser, 2014), são regidas por uma experiência fragmentária, acelerada e dispersa. As imagens, quando se abrem, chocam-se ou se reconhecem, suscitam ainda outras formas de relacionar e de problematizar o comum partilhado.

No caso específico das fotografias e vídeos que são rastros do confronto de diferentes relações de poder, que por sua vez, deixam rastros desta experiência traumática ao corpo e à memória, interrogamos como a fórmula de *pathos* dos olhos feridos remete à vontade de destruição de um ponto de vista, uma perspectiva sobre o mundo e o acontecimento vivido. Olhos são atingidos cruelmente por armas menos letais em uma sociedade que se diz democrática, mas que justamente coloca dúvidas sobre o que pode ser de fato a democracia. Ao mesmo tempo representam o momento do combate de manifestantes contra arranjos policiais (Rancière, 1996) e são instrumentos de uma batalha no campo do visível, grito e interpelação na forma do que aconteceu e daquilo que estaria por vir. Vilém Flusser (2014, p. 325) lembra que a palavra *pathos* significa tanto sofrer como vibrar. De certa maneira, verificamos como a repercussão destas imagens puderam funcionar como energia motriz da vibração destas redes espontâneas e efêmeras: “a rede vibra, é um *pathos*, uma ressonância. Essa é a base da telemática, essa simpatia e antipatia da proximidade” (Flusser, 2014, p. 325). Imagens que sobrevivem no corpo, enquanto memória, imaginação e gestualidade dos embates, consciente e inconsciente; e que surgem também em intervenções culturais e artísticas. Imagens de um campo minado.

Referências

Bentes, Ivana. (2015). *Mídia-Multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas*. Rio de Janeiro: Mauad X.

Bernardes, Wilson Roberto Milani. (2016). *Imagens de contra-vigilância distribuída em situações de revolta popular: um estudo comparativo entre os casos Bruno Teles e Santiago Andrade*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação, UFRJ.

- Deleuze, Gilles. (2009). Do Acontecimento. In: _____. Lógica do sentido. São Paulo: Perspectiva.
- Didi-Huberman, Georges. (2016). Que emoção! Que emoção?. São Paulo: Editora 34.
- Didi-Huberman, Georges. (2013). A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Rio de Janeiro: Contraponto.
- FLUSSER, Vilém. (2014.) Comunicologia: reflexões sobre o futuro. São Paulo: Martins Fontes.
- Latour, Bruno. (2007). Changer de société, refaire de la sociologie. Paris: Éditions La Découverte.
- Maricato, Ermínia et al. (2013). Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, Carta Maior.
- Maciel, Jane Cleide de Sousa. (2017). Imago mundi e a Fotografia em Rede: Tramas Tecropolíticas do Atlas #ProtestosBR. Orientadora: Fernanda Bruno. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Rancière, Jacques. (1996). O Desentendimento: Política e Filosofia. São Paulo: Ed. 34.
- Rancière, Jacques.(2009). A partilha do sensível: estética e política. São Paulo: EXO Experimental org.; Ed. 34.
- Sierek, Karl. (2009). Images oiseux: Aby Warburg et la théorie des médias. Paris: Klincksiek.
- Sontag, Susan. (2004). Sobre Fotografia. São Paulo: Companhia das Letras.
- Warburg, Aby. (2010). Atlas Mnemosyne. Madri: Akal.